



PARECER Nº 114/2014 - MPC/RR	
PROCESSO Nº.	0761/2011
ASSUNTO	Apreciação da Legalidade para fins de Registro de Concessão de Aposentadoria Voluntária.
ÓRGÃO	Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Boa Vista - PRESSEM
RESPONSÁVEL	Ottomar de Sousa Pinto – Prefeito de Boa Vista, à época
RELATOR	Conselheiro Marcus Rafael de Hollanda Farias.

EMENTA - REGISTRO DE APOSENTADORIA. LEGALIDADE. A APRECIÇÃO É PELO SEU REGISTRO. INTELIGÊNCIA DO ART. 71, III, C/C ART. 40, §1, INCISO III, ALÍNEA "B" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AINDA, COM O ART. 42, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006/94.

I – RELATÓRIO

Tratam os presentes autos sobre a apreciação para fins de registro e exame de legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária por Idade, da ex-servidora **Paulina Alves da Costa**, Auxiliar de Serviços Diversos, Matrícula nº 0776 do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Boa Vista.

Os principais documentos que instruem o presente feito são os que seguem indicados: Ofício nº 159/2011/PRESSEM, de 11/08/2011 (fl.002); Relatório de Inspeção em Atos de Pessoal nº 267/2013-DEFAP (fls. 53/58); Relatório Complementar de Auditoria em Atos de Pessoal nº 026/2014-DEFAP (fls. 83/86) e Parecer Conclusivo nº 036/2014-DIFIP (fls. 88/89).



Encaminhamento ao MPC (fl. 90).

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece em seu art. 71, inciso III, que o Controle Externo a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, em seu inciso III, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para o cargo de provimento em comissão, bem como as das concessões de aposentadoria, reforma e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não venham a alterar o fundamento legal do ato concessório.

A Diretoria-Geral da DIFIP, em seu Parecer Conclusivo nº 036/2014-DIFIP (fls. 88/89), ao proferir sua conclusão, manteve o mesmo posicionamento da Equipe Técnica de Auditoria, opinando da seguinte forma, “*in verbis*”:

Ex Positis, manifesto meu entendimento nos seguintes termos:

*Pela legalidade do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária por Idade da senhora **Paulina Alves da Costa**, Auxiliar de Serviços Diversos, Código NA-804, Letra I, Matrícula nº 0776, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Boa Vista, concedida por meio do DECRETO Nº 079/P, de 29 de fevereiro de 2000, acostado á fl. 48, fundamentada no art. 40 §1º, inciso III, alínea **b**, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 020/1998, e por conseguinte seu registro, com fulcro no art. 71, III, da Constituição Federal c/c art. 42, II, da Lei Complementar nº 006/94.”*



Com base nesses fundamentos, este *Parquet* de Contas compartilha do entendimento exarado no **Parecer Conclusivo nº 036/2014-DIFIP (fls. 88/89)**, o qual aduz que a ex-servidora preencheu todos os requisitos da aposentadoria fundamentada na regra do art. 40, § 1º, III, alínea “b” com redação dada pela Emenda Constitucional nº 020/1998.

Por todo o exposto, este Ministério Público de Contas posiciona-se no sentido que seja considerada legal para fins de registro a aposentadoria da ex-servidora **Paulina Alves da Costa**.

III – CONCLUSÃO

EX POSITIS, pelas razões de fato e de direito acima apresentadas, este Parquet de Contas posiciona-se no sentido de que seja considerada legal para fins de registro da Aposentadoria Voluntária por Idade, da ex-servidora **Paulina Alves da Costa**, Auxiliar de Serviços Diversos, Matrícula nº 0776 do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Boa Vista, com fulcro nos arts. 71, III c/c art. 40, § 1º, III, alínea “b” da Constituição Federal e com o art. 42, inciso II, da Lei Complementar nº 006/94.

É o parecer.

Boa Vista-RR, 31 de março de 2014.

Diogo Novaes Fortes
PROCURADOR DE CONTAS